PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DE CURSO DE FILOSOFIA

JULIANE SILVA SOUZA LUCIO

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

GOIÂNIA,
2021.

JULIANE SILVA SOUZA LUCIO

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Artigo apresentado pela acadêmica Juliane Silva Souza Lúcio, sob orientação da Profa. Ma. Polliana Pires do Carmo Alves Rocha, como parte da Avaliação na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Filosofia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

GOIÂNIA,
2021.

INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS ALUNOS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Juliane Silva Souza Lúcio[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a inclusão escolar e suas perspectivas diante de uma sociedade que ainda não está pronta para aceitar as diferenças. Por diversas vezes questiona-se se a inclusão realmente acontece e, como ela acontece? Será que todas as leis asseguram os direitos das pessoas com necessidades especiais? E o desafio de fazer uma inclusão dentro da sala de aula onde quase todos os alunos são de ensino regular. Refletir sobre o ambiente escolar e as mudanças em seus espaços para receber a inclusão. Além de debater se o professor está preparado para ensinar as diferenças e analisar as formações que os educadores recebem ao longo do ensino, essas foram algumas inquietudes tratadas nesse artigo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, buscando materiais de estudo em artigos científicos, teses, dissertações e a partir desses estudos foi possível repensar e refletir sobre o processo de inclusão e os agentes envolvidos nesse processo, tais como: a sociedade, a família, a própria escola e os educadores. Portanto é necessário que toda a comunidade (família, escola, educadores), encontrem uma maneira para aperfeiçoar juntos a qualidade da vida acadêmica de cada sujeito. E, que os alunos ditos “normais” aprendam com os exemplos de aceitação, em casa, na escola, na sociedade a serem capazes de aceitar as diferenças.

Palavras-chave: Educação; Ensino Inclusivo; Escola; Professor; Família;

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo de Conclusão de Curso é a Inclusão Escolar: É importante que o aluno de inclusão se conheça e se aceite para que a partir desse momento o educador possa conhecê-lo e formular um melhor currículo para esse aluno, já que sabemos que as adaptações são feitas a partir das limitações de cada um. Outro aspecto relevante é a abertura da Escola para as diversidades, as diferenças e seus desafios. É necessário discutir as possibilidades e desafios da inclusão no contexto escolar na compreensão de uma escola para todos, destacando a questão das diferenças. Esta é uma questão importante que essa temática possibilita, indagar se realmente a escola se abre para todos. Pensar como isso acontece, se acontece, quais são os avanços, as dificuldades, são questões que foram consideradas e discutidas ao longo desse artigo.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo buscar materiais relevantes para o estudo que foi realizado, fazendo o levantamento de livros,

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

periódicos, artigos científicos, dissertações e teses. A seleção das bibliografias partiu dos estudos sobre a problemática do processo de inclusão, além de abordar se a Escola realmente é para todos? Quais as relações positivas podemos ter enquanto escola/ educadores e família, na vida de um estudante de inclusão? Qual o papel do professor na vida desse aluno? E, como a inclusão escolar possibilita a abertura da escola para as diferenças? E quais os desafios colocados à Escola? A leitura dessas problemáticas possibilitou a ampliação e aprofundamento do conhecimento sobre o objeto da nossa investigação. Além de contribuir para a organização dos dados consultados e a referência estudada. Não podemos deixar de mencionar os referenciais teóricos do nosso estudo sobre a inclusão escolar, utilizamos as contribuições de vários estudiosos, tais como: MANTOAN (2015); MARCELO GARCÍA (1999); ROSA (2017); RODRIGUES (2016); SILVA (2000), que trouxeram estudos relevantes. Isso proporcionou um avanço na discussão sobre o tema.

O nosso trabalho foi desenvolvido em três momentos. O primeiro momento abordará a história da inclusão e concepções. Traz o conceito de inclusão e inclusão escolar, além de refletir o contexto histórico da inclusão. Como as pessoas consideradas “anormais” foram ganhando espaço na escola e na sociedade ao conseguir que seus direitos fossem garantidos. E, mais, como está hoje esses direitos conforme as legislações atuais, eles são efetivados de modo que garantam uma escola para todos, aberta as diversidades e diferenças.

O segundo momento, tratará das diferenças na perspectiva de uma Educação Inclusiva para o TEA (Transtorno do Espectro Autista), e se realmente na educação inclusiva acontece a inclusão. Para não haver a exclusão deve haver uma inclusão na participação, essa deve ser ação de todos, principalmente da escola e da sociedade. O terceiro momento desenvolverá a importância do papel ativo do Professor na transformação de uma realidade inclusiva. Sendo assim, o professor precisa ter acesso a uma formação continuada e de qualidade. A escola necessita reconhecer a sua responsabilidade e garantir o direito de todos. Pois, é fundante o seu papel transformador na realidade dos sujeitos que nela estão. Ressaltamos, o quanto é indispensável saber dessas realidades, ou seja, a escola dá espaço as diferenças. É necessário haver uma reorganização nas escolas, em seus amplos aspectos. Como deve ser a estrutura desse lugar e como pensar uma nova concepção de verdadeira escola para todos. Afinal, é nesse determinado espaço chamado escola que se manifestam as diferenças, inclusive no modo de ser e de pensar.

Portanto, nosso trabalho propõe refletir sobre as situações novas que precisamos reinventar para garantir os direitos individuais e coletivos de cada um no universo escolar. Compreender as diferenças, falar de inclusão e de convivência. A educação precisa ser pensada,

organizada para todos, não deve haver exclusão em relação as diferenças. Por fim, essa ideia de escola para todos rompe com a concepção de uma educação separada, especial, apenas para determinados sujeitos.

1. INCLUSÃO ESCOLAR: HISTÓRIA E CONCEPÇÕES.

Ao iniciar uma discussão sobre o tema da inclusão, remete-se primeiro ao significado desse termo. No dicionário HOUAISS, inclusão quer dizer: ‘’Introdução de uma coisa em outra, de alguém em um grupo etc.; inserção’’ (HOUAISS, 2010, p.428). Ou seja, o termo inclusão refere-se a ideia de inserção, de envolver, de compreender, uma atitude de incluir, de não isolar, separar, discriminar, excluir. A inclusão é uma nova atitude que a sociedade passa a defender e construir, num percurso histórico, que se encontra em curso em meio ainda a uma prática social de exclusão, de resistência a ideia de inclusão.

A inclusão está relacionada a uma perspectiva de incluir todos sem levar em consideração as suas condições físicas. Falar da inclusão não significa necessariamente falar das diferenças que as pessoas possuem, pois deve-se valorizar o sujeito independentemente de qualquer diferença existente, reconhecendo e valorizando o sujeito que deve estar incluído em quaisquer âmbitos. De acordo com a autora MANTOAN: “A inclusão e suas práticas giram em torno de uma questão de fundo: a produção da identidade e da diferença”. (MANTOAN, 2008, p.33) A autora ainda afirma:

> A diferença, nesses espaços, “*é o que o outro é*” — ele é branco, ele é religioso, ele é deficiente, como nos afirma Silva (2000). “*é o que está sempre no outro*”, que está separado de nós para ser protegido ou para nos protegermos dele. Em ambos os casos, somos impedidos de realizar e de conhecer a riqueza da experiência da diversidade e da inclusão. A identidade “é o que se *é*”, como afirma o mesmo autor — sou brasileiro, sou negro, sou estudante...
>
> A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. A posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos, habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada. (MANTOAN, 2003, p.19-20.)

A inclusão pressupõe que todos esses sujeitos tenham uma resposta educativa lhes proporcionando o desenvolvimento de suas capacidades. E, nesse sentido que a escola entra como papel ativo devendo estar atenta a este sujeito, para que tenha um olhar e compromisso com ele. Ela tem como princípio a finalidade de garantir a participação social e o convívio tendo

como base o respeito à diversidade, além de buscar o entendimento das diferenças e o respeito pela identidade. A inclusão escolar é parte desse movimento que defende uma escola que compreenda e caiba todos, aberta a diversidade democrática pois, em uma sociedade democrática o princípio da igualdade é fundamental.

Entretanto, a escola deve reconhecer a identidade deste sujeito, independentemente da limitação ou diferenças do aluno, ao estar preparada para recebê-lo. Ela está cumprindo seu papel de valorizar e respeitar essa diversidade que se perpetua no meio educacional. Para tanto, a escola deve ser garantida para todos e deve estar aberta para oferecer condições iguais para todos. Ou seja, incluindo todos, sem exclusões de nenhum indivíduo.

A inclusão está direcionada as pessoas que possuem uma identidade e de algum modo se sentem excluídas, não está diretamente ligada apenas as pessoas com deficiência. Isto é, ao estar na condição de ‘’incluído’’, esses sujeitos devem ser vistos como iguais a todos. Porém, é salutar destacar que cada um também possui a sua individualidade. E, essa individualidade resgata a ideia de identidade, pois como afirma Silva (2000), quando falo que sou brasileiro, está incluso a ideia de que não sou chinês e nem argentino. Portanto, a minha identidade está ligada a uma extensa cadeia de negações, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Sendo assim, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. A identidade assim como a diferença é uma relação social.

O tema inclusão, historicamente, esteve relacionado as pessoas com deficiência, isto é, sujeitos que de alguma forma possuem suas diferenças e, inicialmente falar de inclusão, compreendia um olhar voltado às pessoas com necessidades especiais. Vejamos o exemplo de um aluno com TEA. As pessoas que apresentavam essa deficiência há algum tempo era muito marginalizada, não que hoje em dia não seja, mas muita coisa mudou, essas pessoas não precisam mais ficarem escondidas e terem medo do preconceito, pois, essas pessoas têm mais voz na sociedade e conseguem ter cada vez mais visibilidade. Principalmente com o desenvolvimento das tecnologias, essas pessoas estão cada vez mais em evidência, estão brigando pelos seus direitos e conquistando seus espaços. E, um dos lugares onde estão frequentando cada vez mais é a escola. Local que foi conquistado pelas suas lutas e direitos.

> A escola é uma boa consumidora de tecnologia, contudo é preciso investigar se este consumo é satisfatório e atenda realmente as necessidades de alunos e professores. A educação é um processo, não um fim em si mesmo, portanto

> precisa sofrer intervenções positivas para o seu aprimoramento. O uso das tecnologias na área da educação pode exercer um papel importante na relação ensino-aprendizagem. (ARAUJO, VIEIRA, KLEM, KRESCIGLOVA, 2017, p. 925.)

Sendo assim, a escola tem papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem. É urgente capacitar os profissionais na escola, não podemos deixar faltar uma formação contínua dos professores, e nem faltar recursos. Outro aspecto relevante é usar a tecnologia a nosso favor, em especial, como ferramenta que poderá ajudar no avanço dos trabalhos com alunos, como por exemplo, com autismo[2]. Pois, é um público que está crescendo cada vez mais nas escolas e precisamos nos preparar para lidar com eles. Assim como todos eles também tem o seu direito de estudar e de desenvolver. Com um ensino de qualidade como qualquer um merece, com os recursos necessários e profissionais qualificados, assim como está nas leis que os rege.

> Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
>
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
>
> (ECA, 2019, p. 44)

O ECA assegura que todos com deficiência tenham um professor especializado dentro da sala de aula para acompanhar e ajudar nas suas dificuldades.

Por volta do século XIX, foram criadas instituições assistencialistas para acolherem essas pessoas, privando-as de sua liberdade. De acordo com CORREIA (1997), começam a surgir instituições especiais, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência. Por muito tempo os deficientes foram rotulados pela sociedade. Atualmente não se aceita mais estes rótulos definidos como ‘’padrão’’, pois nota-se que ao longo do tempo a sociedade passou a ser mais inclusiva, as leis foram criadas e os direitos passaram-se a cumprir.

A educação inclusiva começa a ganhar força no século XX, quando surgem os ideais de educação para todos, acompanhadas de leis de obrigatoriedade escolar. Nesta direção temos importantes contribuições que significaram avanços para uma educação inclusiva. Surgiram

---

[2] O autismo é uma desordem que faz parte de um grupo de síndromes chamada Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), definido por alterações presentes antes dos três anos de idade e que se caracteriza por alterações qualitativas na interação social, afetando a capacidade de comunicação e o uso da imaginação. Gauderer (1997). Conforme o DSM-IV-TR (2002), o Transtorno Autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

documentos que norteiam as práticas inclusivas, um deles é a Declaração sobre os Direitos da Criança (1959), a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) Declaração de Salamanca (1994), A Constituição Federal Brasileira (1998). Esses documentos contribuíram para uma evolução nos princípios e práticas em relação a educação especial.

A publicação da Declaração sobre os Direitos da Criança (ONU, 1959) vem expresso dez princípios a serem direitos de todas as crianças. No 7° princípio vem expresso:

> A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades [...].(ONU, 1959)

Com este documento, a educação é declarada como um direito de todas as crianças. Portanto, este reconhecimento embora não resolvesse vários problemas relacionados a criança, fez com que fosse efetivado um avanço diante a realidade das crianças e, este tratado foi reconhecido e adotado por muitos países. Anos mais tarde, a acompanhar esta evolução, surge a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975) onde se defende que todos devem:

> prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver as suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover, portanto, quanto possível, a sua integração na vida normal (ONU, 1975, p.9).

Essa declaração traz significativos avanços, fazendo valer direitos para pessoas com deficiência, que de várias formas sofriam com a exclusão na sociedade. Outro importante documento é a Declaração de Salamanca, resolução da ONU de 1994, que vem expressar o princípio fundamental para a garantia da inclusão, afirmando que cada indivíduo tem direito à educação independente de suas condições,

> Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desavantajados ou marginalizados. (SALAMANCA, 1994)

Em consonância com estes marcos legais, a Constituição Federal Brasileira de 1988, garante o direito de acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, dentre outras. Destaca-se alguns dos importantes artigos na direção de uma educação inclusiva:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

> desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
>
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
>
> I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> (...) III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Observa-se que estes e outros documentos, legislações reforçam a ideia da educação como um direito que é um direito de todos e este, torna-se o princípio, a base para discussão da inclusão escolar, como afirma Silva (2011):

> A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos. É também um desafio. E, porque é um desafio, constitui-se como um valor, uma vez que nos obriga a tomar mais consciência da heterogeneidade e da ou das respostas a que ela nos obriga, também quando estamos na esfera da educação (SILVA, 2003, p.120)

A Educação Inclusiva em suas linhas gerais segue os mesmos objetivos da educação comum, visando proporcionar a todos que estão excluídos da escola, o acesso a esta e as condições que favoreçam a sua integração na sociedade, desenvolvendo alternativas de como acolher e receber esse sujeito, promovendo a inclusão, que não é apenas para a pessoa que tem deficiência, mas a todos que são excluídos, sejam diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero, entre outras.

2. PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PAPEL DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

Discutir a inclusão escolar é discutir a escola na sua organização, gestão, práticas pedagógicas e concepções. Vale retomar que a instituição é criada para poucas pessoas, as livres, sem doenças, homens, a elite social, considerados os normais. Historicamente, ela sempre foi vista para os mais favorecidos, pois possuíam privilégios. Ela não foi pensada para os desfavorecidos, portanto, os reflexos da educação que excluí vêm de realidades históricas vivenciadas por sujeitos que já eram excluídos.

Por este motivo, desenvolveu-se neste contexto, um padrão ideal de aluno com o qual a escola consegue trabalhar. Com a ampliação gradual do acesso da população no sistema escolar

nos últimos anos, tem-se a presença de indivíduos que fogem ao padrão ideal. Mas a escola por meio de seus instrumentos disciplinares de normatização exclui estes indivíduos que são avaliados, diagnosticados, rotulados, como incapazes, com dificuldades e deficientes, com isto localiza-se no aluno o fracasso escolar.

A educação tem sido apontada como um movimento de solução ao longo da história, mas ao mesmo tempo tem sido vista como sinônimo de exclusão social. E, a sociedade de alguma forma sempre excluiu pessoas, e não as ajuda a vencer os obstáculos que ela mesmo impõe.

É importante lembrar que a inclusão é algo muito recente, ela sempre caminhou de forma lenta e pouco significativa. A elite sempre selecionou as pessoas para a educação, vale lembrar o que Foucault afirma sobre a Escola. Segundo Foucault, o exército, as fábricas, as prisões, os asilos e as escolas com suas atitudes de vigilância e adestramento do corpo e da mente do sujeito, ou seja, estas instituições vão moldando o sujeito ao ponto de modificá-lo, adestrá-lo domesticá-lo ao ponto dele seguir suas tarefas como bom cidadão evitando infringir a norma estabelecida pelo Poder. Foucault, um crítico da instituição escolar, ressalta que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso. Ele ainda chama atenção para a organização da escola que é planejada a fim de garantir esta disciplina: a disposição das classes (fileiras umas atrás das outras para o melhor controle do professor - “manter a disciplina” e “garantir a ordem”); o tablado a frente a fim de garantir e facilitar aos professores o controle para que nada possa escapar do seu olhar, são alguns exemplos.

Sendo assim, Foucault deixa claro que a escola é sim um ambiente de controle, e um ambiente de disciplina, mas ele lança um debate interessante sobre a questão de Poder. Visto que a escola é uma representatividade pequena da sociedade, em um aparelho que permite o conhecimento e o controle de sua população por meio da burocracia escolar, do orientador escolar, do professor e dos próprios alunos. Não há dúvida de que a escola tende a reproduzir as condições de existência social, formando as pessoas para assumirem os lugares da estrutura social. Ao mesmo tempo a escola é responsável pela produção de determinados saberes e discursos sobre o indivíduo a partir da extração de certos conhecimentos sobre os sujeitos que se inserem no espaço escolar. A escola é o espaço onde o poder produz o saber, e essas áreas do saber são construídas a partir de políticas pedagógicas. É necessário que a escola consiga que o aluno goste de estar ali e que não seja um presídio para os alunos. Compreender que um aluno com necessidades especiais precisa de um ambiente tranquilo para que assim consiga compreender o saber.

> A prática de ensino, em sua essência, reduz-se à vigilância. Não é mais necessário o recurso à força para obrigar o aluno a ser aplicado, é essencial que o aluno, como o detento, saiba que é vigiado. Porém há um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sempre sê-lo. As normas pedagógicas têm o poder de marcar, salientar os desvios, reforçando a imagem de alunos tidos como "problemáticos", estigmatizados como "o negrão", o "índio", o "maloqueiro" ou o morador da "favela". A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries, graus, salienta as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com a "retenção" ou a "exclusão". (TRAGTENBERG, 1985, p. 69.)

Mesmo nos tempos atuais podemos perceber que a educação ainda se faz de forma opressora, os alunos têm que fazer, se não, são punidos por advertências. O estudante deveria gostar do que está sendo estudado, mas o professor se coloca como a pessoa do poder e isso acaba reprimindo os estudantes.

Os espaços escolares são planejados de uma forma que os professores ou a gestão organizadora consiga garantir a "disciplina" da turma. O formato da sala de aula, a didática utilizada nas salas de aula, a falta de liberdade que acontece dentro da escola, tudo isso torna claro a opressão e a forma de poder utilizado.

> A escola se torna um aparelho para aprender, no qual o aluno, o nível e a série devem ser combinados adequadamente, assim Foucault analisa todo o processo escolar: os exercícios como uma forma de empregar tempo; as classes para articular os gestos e a postura para ler, escrever, recitar; os horários, atribuições de tarefas com certa duração e ordem. Foucault indaga também a técnica alfabetizadora das escolas, começando por letras, sílabas, palavras [...] atividades repetidas ao longo do dia, mês, ano que podem ser cobradas tanto para aprovação dos alunos quanto para reprovar, castigar ou premiar.(CACIANO; SILVA, 2012, p. 101)

Uma das práticas, ainda presente nas escolas, é que durante a realização das provas apresentarem itens que comprovam apenas que o estudante não sabe sobre determinado assunto. Como podemos ajudar os alunos, se ainda encontramos questões elaboradas apenas para comprovar o não saber do aluno. Cadê a preocupação com a aprendizagem, até mesmo na verificação da aprendizagem. Ou seja, qual a melhor didática poderíamos aplicar inclusive na verificação de aprendizagem, se for citar aqui um aluno com as necessidades especiais certamente não podemos contar com uma prova tradicional (que apenas comprovam que o aluno não sabe) como a melhor didática educacional.

A ideia de escola conteudista precisa ser revista e desconstruída, pois a educação deveria ser algo libertador, que centralize na subjetividade do sujeito. Considerando que parte da interação social do ser, se dá através da educação.

> A escola, o sistema educacional escolar, segundo entendimento que se empresta das ideias de Foucault, exerce uma atuação que se vale de parte daquele sistema punitivo. Sistema punitivo que, posteriormente, será chamado de sociedade disciplinar: a vigilância, o exame, a correção, estendidas por todo o corpo social. Em tal contexto, Foucault ainda não se refere explicitamente à disciplina ou ao poder disciplinar, mas em especial à noção de punição. É como se ele dissesse que se vive em uma sociedade punitiva. Da infância ao fim da vida se é punido (GABRIEL; PEREIRA. 2018, p. 30)

Se a educação deve ser algo que constrói o ser, não faz sentindo que essa educação aconteça de forma onde o sujeito tenha que ir para a escola, sentar-se em uma carteira, realizar suas atividades e retornar para sua casa. Na verdade, ela precisa acontecer para além da realidade vivenciada dentro dos muros da escola. O professor/educador nessa realidade de formador terá o principal papel de preparar o estudante para conhecer a si mesmo. O sujeito na educação é um sujeito que precisa ser revisto e lapidado.

E seguindo esse sentido que devemos compreender que a escola deve ser um ambiente de aprendizagem moldável, compreender a questão do outro, saber que cada ser necessita de uma diferente forma de ensino, estar ciente que prova não prova nada e que não é necessário sempre punir. Colocar como práticas os bons exemplos, elogiar o aluno até mesmo quando ele errar e tiver mostrando interesse. Não rotular alunos de necessidades especiais, saber que esses meninos não vêm com rótulos é entender que, o que eles precisam são da necessidade de adaptação de conteúdo, que eles precisam ser inseridos na sociedade e que, muitas vezes, somos nós educadores que vamos transformar a forma como eles serão vistos na sociedade.

É necessário descontruir a educação que já está ultrapassada para assim reconstruir uma educação de qualidade, onde tudo que é feito pelo estudante merece ser avaliado. É muito importante que a escola ajude os estudantes a criarem autonomia e que os ajude a pensar, e assim ser seres críticos, capazes de perguntar elaborar respostas e questionar as coisas que eles não concordam. Nesse espaço de debate vale ressaltar o que conceitua Rodrigues (2016, p.9), a inclusão é a “visão dicotômica da diferença”, pois, independentemente de qualquer característica ou diferença todos devem ter uma educação de qualidade, que possam viver experiências significativas.

Consequentemente, o papel da escola e da sociedade frente a realidade da inclusão sem dúvida é de protagonista, visto que essas duas instituições direta ou indiretamente, são as

responsáveis por diminuir as barreiras, ainda presentes na educação enfrentadas pelos estudantes com necessidades especiais. Afinal, é dentro da sala de aula que aparecem fatores que precisam ser revistos por especialistas. Quantas vezes o professor identifica e, em conversas com a família, solicita o acompanhamento e/ou mesmo um laudo de um profissional. Mas, sabemos que muitas vezes, ou na maioria dos casos, ocorre uma negação por parte da família que podem ter dificuldades de aceitar. É comum a família não conseguir admitir o problema, principalmente no início, e o aluno especial sofrer, e de certa forma não ter a atenção necessária que um aluno especial teria (material adaptado, presença de um professor de apoio), logo a conscientização da família é algo essencial. A família quando está esperando uma criança coloca nela muitas expectativas e se frustra quando pensam que a criança pode não ser capaz de realizar todas as coisas idealizadas. Porém, negar um problema é como se negasse a própria solução, a família luta contra o desconhecido, por que só se conhece algo quando começa a conviver com aquilo, e muitas vezes a relação professor/escola/família acaba ficando complicada justamente pela negação e por ter sido o professor a indicar as evidências de que existe alguma coisa, ou seja, alguma deficiência.

> E quem são essas pessoas consideradas deficientes? São pessoas como nós, nascidas do mesmo impulso criador, integrais em sua condição de seres humanos, mas limitadas em seu desempenho. São os cegos, surdos, mudos, paraplégicos, deficientes mentais, autistas, Down, paralisados cerebrais, etc. E por possuírem uma constituição biológica distinta da comum são, geralmente, estigmatizados e segregados por uma sociedade não acostumada com as diferenças e que lhe nega o respeito à sua dignidade de pessoa humana e aos seus direitos de cidadão (educação, saúde, trabalho, lazer e convívio social). Deficiência não é sinônimo de doença, há uma grande diferença entre elas. No dicionário consta doença como falta ou perturbação de saúde, moléstia, enfermidade... e deficiência como imperfeição, insuficiência, falha. (TRINDADE, 2004, p. 6.)

Trindade já destaca que deficiência não é sinônimo de doença. E o ganho mais significativo para a deficiência ocorreu ao longo da década de 1990, em especial a Declaração de Salamanca preconiza a expressão “pessoa com deficiência”, essa agregou um empoderamento que levou a inclusão de todas as pessoas. Portanto, se todos somos iguais e alguns apresentam apenas imperfeições então qual a dificuldade de aceitar as crianças especiais e porque continuar negando suas deficiências.

É sabido que o impacto do diagnóstico causa um transtorno muito grande na interação da família, quem está em casa deveria ser os primeiros a perceber que existe algo que não está

certo. No entanto, muitas vezes a família até percebe, mas os medos existentes, tais como o preconceito faz com que as famílias neguem os acontecimentos. É muito importante que a família não atrase o diagnóstico da criança, para que o tratamento comece o mais rapidamente, porque sabemos que esse atraso vai contribuir negativamente na vida da pessoa especial.

Vejamos o exemplo dos autistas, eles já sofrem bastante por serem pessoas que não se socializam com qualquer pessoa, apenas com pessoas que já tem ligação. Por isso, é imprescindível que a família e os professores caminhem juntos, nesse caso as famílias não podem ignorar a deficiência da criança autista. Precisa reforçar a afetividade, e nesse caso, a família pode colaborar de maneira especial para o desenvolvimento da criança portadora de autismo na escola, principalmente quando fornece aos profissionais da educação as informações sobre as formas de comunicação da criança.

A escola tem que apoiar e realmente mostrar que existe o desejo de incluir a todos. Não é fácil incluir, estudiosos afirmam que é complicado incluir uma criança com autismo em qualquer escola. Mas, não é impossível. A inclusão nas escolas regulares enfrenta muito preconceito, pois os alunos especiais geralmente têm dificuldade na linguagem e principalmente na socialização. A escola necessita reformular seus espaços, abrir uma linha de diálogo com todos os alunos da escola, especiais e não especiais, trazer os pais para uma vivência mais próxima da escola e dos próprios filhos, ou seja, incluir todos na realidade social da escola.

O processo de adaptação na escola é relevante para a interação do aluno, sabendo que as adaptações devem ser diferentes para cada caso e que os conteúdos são únicos para cada laudo. Por exemplo, se existe um autista com grau leve, esse deve ser o centro das adaptações desse aluno, porque cada ser é diferente. É raro que as escolas regulares que desejam trabalhar com a inclusão estejam preparadas para receber a inclusão, geralmente a maioria acaba alegando que não está pronta para receber o diferente. Por isso, é extremamente importante que a família e a escola juntamente com os professores estejam falando o mesmo dialeto (ou pelo menos defendendo valores próximos), para que ao receber o aluno especial, esse encontre pelo menos um ambiente receptivo e que o trate de maneira respeitosa.

3. PAPEL ATIVO DO PROFESSOR NA TRANSFORMAÇÃO DE UMA REALIDADE INCLUSIVA.

Como nos portar diante de alguém que não conhecemos? Como ensinar para alguém que não entendemos, receber alunos com algum tipo de deficiência e inserir esse cidadão no ensino

regular é um desafio que todos os educadores encontram no ensino regular. Todos os profissionais da educação seja ele professor ou tutor educacional, todos tem o desejo de uma educação para todos. Ou seja, o ato de incluir, a inclusão começa na interação do aluno com o professor. Sendo assim, conhecer o aluno inserir-se no mundo dele criar uma relação faz muita diferença no ato da aprendizagem. A professora Doutora em Educação Silmara de O. G. Rosa chama a atenção para o tipo de escola que se tem e se quer ter. Ela afirma que tudo começa com

> O acesso e a aprendizagem discente na escola, portanto, são aspectos essenciais para que a educação formal se efetive e contribua com a formação integral do aluno. Por isso tem se discutido sobre a importância da eliminação de barreiras para favorecer esse processo. Em relação aos alunos com deficiência, mais especificamente, a proposta de educação inclusiva defende tais fundamentos uma vez que ressalta o respeito à diversidade e a importância da participação desses indivíduos na vida social e escolar juntamente com os demais alunos (ROSA; PAPI, 2017, p. 2.)

O professor tem o papel de estimular os alunos, tentar torná-los cidadãos mais críticos e reflexivos, saber questionar, ser capazes de responder de forma crítica. A falta de formação é o principal fator que faz com que o educador saia da sua zona de conforto, como não temos essa formação nas universidades precisamos buscar essas formações para além da realidade universitária. O autor Marcelo García (1999) aborda no seu livro, Formação de Professores, o quanto é relevante à formação inicial do professor proporcionar a apropriação de conhecimentos profissionais para o exercício da docência, pois ele defende que esses conhecimentos são a base para que se inicie o exercício da profissão. Para o autor é importante que nesse contexto de formação privilegie-se uma compreensão ampliada das situações que envolvem o processo ensino-aprendizagem favorecendo a formação de atitudes de "[…] abertura, reflexão, tolerância, aceitação e proteção das diferenças individuais e grupais […]" (p. 91-92). Ele ainda ressalta que os professores muitas vezes não são formados em uma perspectiva multicultural que lhes dê subsídios para contextualizar conhecimentos e entender as influências sociais, políticas e culturais que a escola sofre e que afetam seu trabalho. O desconhecimento desses elementos dificulta o entendimento de situações de ensino complexas como as que envolvem a diversidade existente em sala de aula.

Desta forma, é necessário que as universidades assumam um papel de mais comprometimento com a formação da educação inclusiva, além do professor buscar atualização no quesito de formação continuada sobre metodologias e ações ativas e reflexivas sobre a realidade envolvendo a educação inclusiva. Outro aspecto relevante envolvendo o professor

seria o de atuar em sala de aula com um olhar diferenciado para ajudar incluir os alunos especiais, e de sensibilizar os demais alunos da turma a incluir os alunos especiais nas atividades cotidianas da sala. Visto que a sociedade já demonstra a existência de uma exclusão muito forte diante dessa realidade.

> Nesse sentido, refletir sobre a relação exclusão/inclusão, conforme exposto por Bartalotti (2006), traz à tona a responsabilidade social de se buscar maneiras de incluir as diferentes pessoas considerando-se a qualidade dessa inclusão, suas causas, condições e situações específicas. Considerando-se a função social da escola e o fato de que as pessoas com deficiência têm o direito, assim como as demais pessoas, de avançar na escolarização básica, bem como ter acesso aos diferentes espaços e serviços da sociedade, as condições desse acesso e permanência precisam ser melhoradas, inclusive na escola. (ROSA; PAPI, 2017, p. 3-4.)

Cabe então ao professor criar novas competências e habilidades para inserir o aluno de inclusão, e problematizar a questão para que possa ser discutida da maneira em que os demais alunos insira a inclusão de verdade e que a questão da exclusão fique voltada apenas para estudos. O papel do professor é um papel de investigar e solucionar os desafios, que são muitos. Os alunos de inclusão, mesmo que com o currículo adaptado, necessita de uma educação igualitária, para isso é necessário criar estratégias diferentes e desconstruir as diferenças, fazendo que o próprio aluno ultrapasse os seus próprios limites.

Acreditamos que o professor também é agente da contestação. Ou seja, o professor exerce uma função de reprodução social, mas ao mesmo tempo ele também ajuda os alunos a repensar o sistema social e a refletir as normativas e os valores sociais aos quais estamos inseridos. Portanto, a possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas de organização horizontais onde professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. E, isso acaba por ser um resultado que advém de muitas lutas, que perpassam por uma democratização escolar.

Durante a pesquisa feita percebemos que só o empenho do professor não irá resolver a problemática de uma educação inclusiva. O apoio da escola é fundamental, da sociedade é importante, o empenho das políticas públicas também e consequentemente a legislação vigente já é um início da caminhada. Ou seja, documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2014) ou ainda de Declarações como a de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 trouxeram indicativos importantes sobre o processo de inclusão escolar, porém a caminhada só começou,

temos muito o que evoluir na garantia do acesso e permanência de todos os alunos em escolas de educação básica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inclusão Escolar traz grandes desafios para à comunidade escolar. As escolas que ainda não estão totalmente preparadas seja fisicamente e, em alguns aspectos, profissionalmente. As Universidades/Faculdades que precisam debater e proporcionar em seus currículos espaços mais claros de formação docente voltados para a realidade da educação inclusiva. Cursos de Formação continuada que precisam ser disponibilizados para os professores tanto das redes públicas como privadas, a título de aperfeiçoamento que poderiam ser custeados pelo próprio contratante do professor.

Não podemos deixar de enfatizar os estudantes especiais que mesmo com todas as diferenças e dificuldades aceitam o desafio de estarem nas escolas de ensino regular. Afinal é o esforço de cada um que se propõe a fazer em suas diversidades o motivo de mudar o olhar da sociedade, e de certa forma, vem ganhando espaços em diversas áreas, não somente em escolas, mas também em empresas. Não podemos deixar de citar os estudantes ditos "normais", os que acolhem e aceita o "diferente", mesmo sabendo que é raridade ter uma aceitação rápida e espontânea.

E, não podemos deixar e abordar um dos atores principais dessa relação de ensino-aprendizagem o professor. Afinal o professor precisa de condições de trabalho que favoreçam o bom desenvolvimento, materiais didáticos, salas com números de alunos razoáveis (sala lotada não tem como render um bom trabalho), parceria da escola/família (é importante que todos tenham um discurso convergente), espaço adequado para desenvolver as atividades acadêmicas e, claro, o reconhecimento das práticas educativas desenvolvidas pelo professor afim de envolver todos os alunos sem discriminação.

Enfim uma escola para ser inclusiva, e claro receptiva, não depende apenas dos gestores e educadores. Existem fatores que são imprescindíveis para o bom funcionamento da realidade escolar inclusiva e dentre eles as políticas públicas educacionais com certeza aparece como uma das protagonistas dessa realidade. Garantir a construção da escola inclusiva não é tarefa apenas do gestor escolar, da família ou dos alunos que estão inseridos na escola, mas é um papel de toda a sociedade direta ou indiretamente ao escolher nossos representantes na política. Haja

visto, que os governantes inúmeras vezes acordam pactos em prol da educação de qualidade para todos.

ABSTRACT

This article aims to analyze school inclusion and its perspectives in a society that is not yet ready to accept differences. It is often questioned whether inclusion really happens and how does it happen? Do all laws ensure the rights of people with special needs? And the challenge of making an inclusion within the classroom where almost all students are from regular education. Reflect on the school environment and changes in its spaces to receive inclusion. In addition to debating whether the teacher is prepared to teach differences and analyzing the training that educators receive throughout teaching, these were some concerns addressed in this article. The methodology used was bibliographic research, seeking study materials in scientific articles, theses, dissertations and from these studies it was possible to rethink and reflect on the inclusion process and the agents involved in this process, such as: society, the family, the school itself and the educators. Therefore, it is necessary that the entire community (family, school, educators) find a way to improve together the quality of each individual's academic life. And that the so-called “normal” students learn from the examples of acceptance, at home, at school, in society, to be able to accept differences.

Keywords: Education; Inclusive Education; School; Teacher; Family

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. Adotada em 20 de novembro de 1959. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html . Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Resolução n°3.447, de 9 de dez. de 1975. **Declaração das Pessoas com Deficiências.** Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Disponível em >http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?cod=40&id=legislacaohttp://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf< Acesso em: 22 de maio de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado,1998.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de jul. de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 . Acesso em: 22 mai. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 9394/1996.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2. ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 17/2001**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2021.

ARAUJO, S. P.; VIEIRA, V. D.; KLEM, S. C. dos S.; KRESCIGLOVA, S. B. **Tecnologia na educação: contexto histórico, papel e diversidade.** IV jornada de didática, III seminário de pesquisa do CEMAD. 31 de janeiro, 01 e 02 de fev. de 2017.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto, Porto Editora, 1997.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Objetiva, 2010.

LOPES, Maura Corcini; MORGENSTERN, Juliane Marschall. **Inclusão como matriz de experiência.** Pro-Posições. v. 25, n. 2, p. 177-193, maio/ago. 2014.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér; **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. In: **Identidade e diferenças** (Org). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis RJ. Editora Vozes, 2008.

MARCELO GARCÍA, Carlos. **Formação de professores**: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

RODRIGUES, Irene Elias. **Educação Inclusiva:** Um desafio para o século XXI. Irene Rodrigues (Org.). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ROSA, K. B.; PAPI, S. de O. G. **Os professores e os desafios da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum.** Formação de professores: contextos sentidos e práticas. Paraná, 2017.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Relações de poder na escola.** Lua Nova, p 69-72, fev. 2011.

TRINDADE, Franciele de Souza. **Dificuldades encontradas pelos pais de crianças especiais.** Brasília, p. 4-42, jun. 2004.